



Para Uma História da Educação de Infância em Portugal

Justino Pereira de Magalhães*

0. A história da acção educativa junto da infância, na sociedade ocidental, é um domínio do conhecimento ainda muito incompleto e lacunar. A grande ausência de informação, associam-se uma conceptualização e uma problematização, estreitas e redutoras, designadamente para o caso português.

É uma história que tal como o destino da criança e da sua educação há-de medear entre o privado e o público; uma história escrita em sintonia com a história da família, com a história da mulher; uma história entre a família e a escola; uma história que oscila entre a protecção e a afectividade a um lado e a racionalidade científica e técnica a outro; uma história entre a intuição, um "saber-fazer" a um lado e uma normatividade teórico-prática a outro; uma história adiada e marcada por adiamentos, mas também uma história fecundada pelo fabuloso, pelo utópico, pelo sonho.

Se com a instituição do *pater familias* romano, a educação da infância ficara remetida para o foro privado, os dois últimos séculos têm sido apresentados como irreversivelmente voltados para uma educação pública da infância. Uma infância protegida, uma infância instruída, uma infância educada, três fases de uma mesma historiografia - uma historiologia que é em si o texto, a representação e o destino educacional da infância. Por outro lado, a história da educação da infância tem-se construído, ou centrada sobre educadores e modelos, ou tão dependente das circunstâncias e dos contextos históricos, que se apagam e neutralizam os actores e os sujeitos da acção educativa.

O ano de 1996 é simultaneamente o I Centenário da morte de João de Deus e do nascimento de Célestin Freinet e Jean Piaget, três dos principais nomes que inspiram a pedagogia contemporânea da infância. Assinalando a efeméride, através da reflexão sobre algumas das principais marcas e momentos da educação da infância, no plano histórico, designadamente a partir da *Cartilha Maternal* de João de Deus, podem sugerir-se algumas linhas metodológicas para a construção da História da Educação da Infância em Portugal. Questões que, no plano histórico são essencialmente as da educação básica, no que convergem João de Deus, Célestin Freinet, Jean Piaget. Quando, como e o quê estruturam, fundamentam e legitimam a acção educativa junto da infância?

No que se refere a Portugal, apesar de algum retardamento na implementação das principais reformas sobre educação básica e infantil, pode concluir-se que não apenas estiveram presentes as três grandes fases da educação infantil: proteger,

* Professor do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

instruir, educar, como essas mesmas dimensões foram menos radicalizadas. Por outro lado, pode concluir-se que, quer na alçada do sistema público e estatal de educação, quer fora do quadro e do modelo escolar, a educação infantil não deixou de ser pensada como integrando uma educação básica.

I. A história da educação da infância constrói-se na complexidade integradora de uma multiplicidade de dialécticas: a) uma mediação entre a família e a escola; b) uma estreita relação com a história da mulher - a autonomia da mulher, a mulher trabalhadora - ciclos de industrialização e a terciarização dos hábitos e estilos de vida; c) uma avaliação/ prolongamento sobre em que medida o sentido maternal se revê, se prolonga e inspira a formação e a prática das educadoras de infância; d) uma meta-pedagogia que visa inferir se haverá hoje um consenso sobre educação de infância; e) uma historiologia das representações da infância e da acção educativa associada à mudança de estilos e destinos de vida.

Também no caso português, a primeira grande acção junto da infância foi e continua a ser a protecção. Desde as Casas da Roda, às amas e à rede de protecção e controlo civil lançada pelo regime liberal, até à participação nas grandes campanhas sanitárias que marcam os finais do século XIX e o século XX - campanhas de informação e propaganda sobre alimentação, vacinação, higienização. Neste sentido se ergueram os moralistas, os políticos, os higienistas, os pedagogos. Em que medida a voz destes interlocutores principais ecoa ainda hoje nos planos de educação da infância? Desde o século XVIII que a voz dos higienistas se levantara e que a sua acção se fez sentir no que se refere à infância, quer em defesa de uma relação saudável com a natureza, quer imbuídos de um espírito mercantilista e de salvaguarda do crescimento da população: cuidados maternos, alimentação, higiene, fadiga, vacinação, saúde materno-infantil, acção preventiva junto da infância. Na transição para o século XX, foi ainda pela voz dos higienistas e dos publicistas que a educação da infância se elevou a questão transnacional, presente em diversos Congressos, Exposições e eventos.

Parte da acção educativa que ainda hoje se exerce em Portugal para a infância continua a procurar satisfazer necessidades de natureza higieno-sanitária. E os moralistas e os políticos? Se em boa parte os segundos se procuraram substituir aos primeiros, a verdade é que a educação da infância continua a reflectir uma forte presença de uma componente moralista, apesar de todos os avanços científicos, técnicos e teórico-práticos para construir uma pedagogia verdadeiramente laica. Mas os desafios da escola à família, do público ao privado são também de natureza pedagógica - as famílias declinam face às componentes socializadora, integradora e interactiva que só a educação grupal proporciona; as famílias declinam face à necessidade de confiarem os filhos; as famílias declinam face à premência de uma propedêutica escolar. Mas em que medida as famílias continuam a rever-se numa educação pública para a infância? São manifestos os sinais de uma semi-privatização da educação da infância, permitindo às famílias terem um papel interveniente na definição da pedagogia seguida nos jardins de infância.

b) A história da infância está profundamente relacionada com a história da mulher, com a educação da mulher, com os papéis destinados à mulher, com a sua emancipação, com a ocupação laboral da mulher e a terciarização dos hábitos e estilos de vida. Foi com os avanços técnicos, a urbanização, a nuclearização das famílias e a necessidade de a mulher grangear rendimentos fora do lar, a mecanização dos trabalhos domésticos, que a educação da criança definitivamente se centrou em instituições adequadas. No último quartel do século XIX, multiplicam-se as instituições públicas de educação de infância, promovidas por associações de beneficência, pelo estado e por organismos privados. E à medida que recua a presença do espírito e da acção maternos, junto da infância, desenvolve-se a formação de educadores e a criança passa a ser um dos principais centros de interesse e de estudo da psicologia. A partir das crianças portadoras de deficiências desenvolvem-se estudos científicos verdadeiramente renovadores, estudos de natureza teórica e prática que permitirão uma pedagogia centradamente pedocêntrica. São estes estudos de natureza biológica, psicológica e sociológica, desenvolvidos desde finais do século XIX, que gerarão as representações científicas da infância, seus estádios, dimensões e formas de desenvolvimento - uma definição de infância em que releva a acção de Piaget e dos seus seguidores.

Fica a dever-se ao avanço dos estudos científicos a superação definitiva de representações empiricistas e impressionistas sobre as crianças e a sua educação, algumas das quais herdadas do racionalismo setecentista e recuperadas pelo positivismo, designadamente: b1) a criança ou é boa, ou é má; se boa é prevertível, se má é incorrigível - mimar ou punir? ; b2) a criança nem é boa, nem má, é inocente, tudo depende da educação; b3) a natureza é sempre adversa e ameaçadora para a criança - entre a aventura e a lição de coisas, a lição das coisas.

c) As ligações entre a educação infantil e a história da mulher, que se cruzaram secularmente sob a lógica e a complexidade do espírito e da acção maternal, prolongam-se pela feminilização da educação da infância nas instituições educativas. De facto, fora e dentro do modelo escolar, contrapõem-se os apelos à maternalidade, por um lado, e a pedagogias complexas em torno do concreto, por outro. Todavia, os ciclos de industrialização e de urbanização geram cada vez mais a necessidade de a criança ser integrada em instituições adequadas. No caso português, esta fase final do século XIX ficou marcada por uma multiplicação de asilos e creches, promovidos pelos governos civis e pelos municípios, em associação com fundos de beneficência, como forma de substituírem as anteriores redes de tráfico de crianças. Geralmente, e na ausência de educadoras especializadas, estas casas eram confiadas a congregações religiosas, nomeadamente às Doroteias, de novo regressadas a Portugal.

As deficiências de uma pedagogia e de uma formação adequadas para aquelas educadoras eram suprimidas com apelos ao sentido maternal - uma expressão recorrente, mesmo no decurso da Primeira República, que legislou no sentido da criação de jardins e uma educação bastante completa, voltada para as coisas e para a iniciação à literacia, entre os 4 e os 7 anos.

d) Mas o debate público em torno da educação da infância foi sempre uma questão adiada, os consensos, a existirem, foram-no em torno de uma propedêutica à escola. Aliás com a Primeira República tornara-se usual a expressão «ensino infantil» que gradualmente se aproximava de uma meta-escolarização, com lições intervaladas por cantos e por jogos. Revestindo a forma de «lição de coisas», o ensino infantil, entre outras dimensões incluiria as preliminares da leitura e da escrita, contagem até 100, soma, subtracção; geografia e topografia, etc. (Decreto de 29.3.1911). Em parte aproximar-se-ia da segunda classe da instrução primária.

e) Mas a educação da infância e as suas representações estão também profundamente marcadas pelos anseios, frustrações e meta-expectativas dos responsáveis. A educação da infância assume assim, consciente ou inconscientemente, um sentido projectivo, um meta-desejo e uma idealização da sociedade, estilos e sentidos de vida - uma utopia, ou uma remissão do passado? De facto, a história da educação da infância é uma história marcada por um sentido positivista, marcada por um futuro em construção. Com que legitimidade? Com que realismo?

2. Até finais do século XIX, as primeiras instituições construídas de raiz para a educação da infância, em Portugal, são aplicações da pedagogia de Froebel. Todavia, apesar de uma multiplicidade de projectos, apenas chegaram a funcionar um jardim de infância em Lisboa e outro no Porto. Foram criados, em contrapartida vários asilos para a infância desvalida, com abertura a outras crianças.

Criada em 1882, a *Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus*, após um período de intensa acção voltada para a alfabetização, passa a denominar-se, a partir de 1908, *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas*, definindo como um dos seus objectivos «Instituir 'jardins-escolas' para crianças de três a sete anos, onde seja aplicado, em toda a sua plenitude, o espírito e doutrina, da obra educativa de João de Deus, modelando assim um tipo português de escola infantil»*. Em 1911 era inaugurado, em Coimbra, o primeiro Jardim-Escola João de Deus e em 1914, estava concluído o da Figueira da Foz, bem como o de Alcobaça. Prosseguiam então as obras para o de Lisboa, estando já a funcionar em 1915. Até 1923, foram criadas no Porto 7 escolas infantis, para além da escola de aplicação anexa às Escolas Normais.

Em 1916, a Câmara de Lisboa deliberava enviar dois professores para frequentarem o Curso de Maria Montessori, em Barcelona; mas, em 1917, Lisboa continuava apenas a ter um Jardim-Escola. Era entretanto inaugurada uma Escola Maternal e Profissional, em Vila do Conde. Até 1926, apesar de vários organismos e instituições e associações terem promovido secções infantis, de facto tinham apenas sido criados 12 Jardins de Infância, para além das várias classes preparatórias anexas às escolas primárias, criadas em conformidade com a legislação de Leonardo Coimbra (1919) e destinadas apenas a crianças de 6 a 7 anos. Em 1927, foi definido que os alunos que frequentassem tais secções preparatórias pudessem matricular-se na segunda classe do ensino elementar.

Com o Estado Novo, após uma década, em que para além do envio de bolseiras

* In Joaquim Ferreira Gomes. *A Educação Infantil em Portugal*. 2ª edição. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, 1986, p.51.

ao exterior, pouco de significativo se havia operado ao nível da educação de infância, pelo Decreto n.º 26.893, de 15 de Agosto de 1936, que aprova os *Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional*, passara aquela instituição a promover e assegurar a educação infantil pré-escolar. As escolas infantis oficiais foram encerradas (1937) e a educação infantil cometida às famílias, designadamente às mães. Ao mesmo tempo não deixava de ser reconhecido o papel da iniciativa particular, designadamente os Jardins-escolas João de Deus.

Assim, em 1946, a *Associação de Jardins-Escolas João de Deus*, reforçava o seu empenho na promoção e formação de educadores, em cursos de aplicação da *Cartilha Maternal*, sob uma lógica de didáctica pré-primária. Estes cursos mantiveram-se daí em diante sempre em funcionamento. O encerramento das escolas oficiais, e a transferência da educação infantil para o controlo da Obra das Mães, foi acompanhado de um novo movimento da iniciativa privada para promover a segurança, a higiene e a educação das crianças. Na década de 50 foram criados o *Instituto de Educação Infantil* e a *Escola de Educadoras da Infância*. Na década de 60 foram criadas a *Escola de Educadoras de Infância de Nossa Senhora da Anunciação*, em Coimbra; a *Escola de Educadoras de Infância Paula Frassinetti*, no Porto; a *Escola Paulo VI*, em Lisboa.

A abertura destas escolas e a defesa de uma rede de jardins de infância eram defendidas pela necessidade de criar uma ambientação da criança à escola. Com a Reforma Veiga-Simão são lançadas as bases de uma Divisão de educação Pré-escolar. Mas é no período subsequente ao Movimento do 25 de Abril de 1974 que a educação infantil se expande com sistematicidade e com critérios científicos. A educação da infância era entendida com vista a três grandes objectivos: protecção, bem-estar, desenvolvimento da criança do nascimento à escolaridade obrigatória e podia desenvolver-se no meio familiar ou em instituições adequadas, pelo que continuaram adiadas parte das decisões fundamentais. Para além de projectos circunstanciais, a componente investigativa continuará adiada na educação da infância, por contraponto à importação e a aplicação mais ou menos directa de modelos vindos do exterior. As educadoras e educadores de infância continuaram sem um enquadramento e um estatuto profissional definidos e ressentem-se de uma formação média, feita de noções genéricas e de uma casuística pedagógica e didáctica que tende a remeter o seu desempenho profissional para um "bom-senso pedagógico" e para actividades, ora centradamente escolares, num registo de pré-escolar, ora de bem-estar e de protecção e acolhimento, numa grande indefinição e num misto de mãe/ tia, assumindo a gestão "doméstica" da instituição, de que é responsável, e inventando conjuntos de actividades, sob a modalidade de trabalhos-projecto. Com efeito, a pedagogia do trabalho de projecto tem-se vindo a desenvolver de facto como uma das principais vias de superação das limitações da pedagogia de circunstância. A proximidade de um modelo pedagógico de inspiração montessoriana, ou outro, tornou-se também uma outra forma de organizar e referenciar as práticas educacionais do jardim de infância. Esta indexação a um modelo pedagógico tem implicações na própria disposição, distribuição e ocupação



dos espaços. Todavia, na generalidade dos casos, a acção educativa nos jardins de infância tem oscilado entre a sedimentação de certas “rotinas” e o trabalho sob a modalidade de projecto. Uma acção norteada, na generalidade dos casos, por uma lógica de pré-escolarização.

Há ainda muito para fazer na educação da infância. É uma área da educação que carece de consensos muito alargados ao nível social e que continuará muito aberta quanto ao poder de iniciativa. É uma área educacional que tem estado verdadeiramente dependente da boa sorte e da preparação das educadoras e dos educadores de infância, que paradoxalmente, não dispendo de um reconhecimento profissional adequado e trabalhando por vezes em condições precárias, disfrutam todavia de uma autonomia profissional quase absoluta. Mas não continue adiada a componente investigativa, que deverá acompanhar os educadores desde a sua formação, porque as reflexões e as definições de política educacional que venham a desenvolver-se, não poderão deixar de ter os profissionais como informadores e interlocutores privilegiados.

3. Sumariamente enunciámos algumas das faces mais visíveis daquilo que poderá ter sido a educação da infância em Portugal. Mas a sua história continua em boa parte por fazer. Em que momento, e como se constituiu a profissionalização da educadora de infância? Em que medida a feminilização destas funções não foi antes a sua maternalização? Que documentação arquivística e museológica se conserva? Que memórias e que representações têm os actores e os educandos das creches, das tarefas, dos quotidianos de infância? Quais as conotações da palavra creche? Como evoluiu a nomenclatura, para práticas idênticas? Paradoxalmente a educação da infância tem oscilado entre análises e acções de carácter macro, nos planos nacional e internacional, e abordagens no plano micro. Em umas como noutras, as dimensões económica, política e ideológica tendem a submeter ou a neutralizar a dimensão educacional, em que medida as meso-abordagens não se revelarão mais promissoras para a infância?

De facto a educação de infância esteve muito associada à educação básica, que por seu turno se instrucionalizou de forma algo radical no sentido da sua unidimensionalização. Em que medida uma abertura e uma prioridade conferidas à educação da infância não constituirão de facto um contributo básico para o alargamento e para uma relativa desacademização da educação básica, por forma a torná-la criativa e a rentabilizar o quotidiano da criança, a fim de libertar tempos nobres para uma verdadeira iniciação e prática da linguagem e para outras aprendizagens e saberes básicos?